

## **SOBRE A DUPLA E PARADOXAL FUNÇÃO DOS MEDIA: PORTADORES DA IDEOLOGIA DOMINANTE E VEÍCULOS DO DISCURSO DISRUPTIVO**

**José Rebelo**

[joserebelo@yahoo.com](mailto:joserebelo@yahoo.com)

Doutorado e Agregado em Sociologia. Presidente do Conselho Científico e director do Doutoramento em Ciências da Comunicação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Director de *TRAJECTOS* – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Membro do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal (RTP, SA)

### **Resumo**

Pretende-se avaliar a dupla função exercida pelos *média* tradicionais - Televisão, Rádio e Imprensa -, enquanto lugar de produção ideológica, assumindo-se como dispositivo de naturalização do discurso do poder, e enquanto lugar de confrontação, dando voz a projectos alternativos. Ambas as funções são ilustradas. A primeira, com aspectos ligados à cobertura mediática, nacional e internacional, da crise económica e financeira em Portugal. A segunda, com a cobertura de manifestações de contestação em Portugal e no Brasil. Conclui-se que, se os *media* tradicionais veiculam normas e hierarquias dominantes, acabam, também, nomeadamente pela pressão das redes sociais, por assinalar o seu desvio contribuindo, assim, mesmo se indirectamente, para uma re-significação de gentes e modos de vida.

### **Palavras chave:**

Naturalização; poder/contra poder; dissenso; crise; Estudos Culturais

### **Como citar este artigo**

Rebelo, José (2014). "Sobre a dupla e paradoxal função dos media: portadores da ideologia dominante e veículos do discurso disruptivo". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 5, N.º 2, novembro 2014-abril 2015. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol5\\_n2\\_art6](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol5_n2_art6)

**Artigo recebido em 28 de setembro de 2014 e aceite para publicação em 24 de outubro de 2014**



## **SOBRE A DUPLA E PARADOXAL FUNÇÃO DOS MEDIA: PORTADORES DA IDEOLOGIA DOMINANTE E VEÍCULOS DO DISCURSO DISRUPTIVO**

**José Rebelo**

### **1. Introdução**

Em 16 de Dezembro de 2001, António Guterres apresentava a sua demissão de primeiro ministro de Portugal, a pretexto de que o país “estava num pântano”. Sucedeu-lhe Durão Barroso que não tardou em chamar a atenção da opinião pública para as dificuldades de um país que, segundo ele, “estaria de tanga”.

A crise teria contornos nacionais e exigiria, portanto, uma solução nacional. Posteriormente, com o 1º ministro José Sócrates, a solução encontrada passou pela realização de grandes obras públicas susceptíveis de dinamizar, a montante e a juzante, a estrutura produtiva portuguesa.

Mas, subitamente, o sistema financeiro norte-americano abalava fortemente com a falência do grupo Lehman-Brothers. E, rapidamente, a tempestade atingia a Europa.

Assistiu-se, então, a uma notável inversão de discurso: grandes empresários, homens de negócios, banqueiros que, arautos de um ultraliberalismo desenfreado, apregoavam as virtudes do mercado e se insurgiam contra um Estado entendido como obstáculo ao desenvolvimento exigiam, agora, a intervenção desse mesmo Estado.

“O bando dos poderosos” escreve Alain Badiou num artigo publicado no jornal *Le Monde* em 17 de Outubro de 2008, “os bombeiros do fogo monetário, os Sarkozy, Paulson, Merkel, Brown e outros Trichet mergulham no buraco central dos milhares de milhões para clamarem: ‘Salvemos os bancos’”. E Alain Badiou prossegue, em tom irónico: “Esse nobre grito humanista e democrático jorrou de todos os peitos políticos e mediáticos”.

Em Portugal, rapidamente o poder político aderiu à tese da origem internacional da crise e apontou para os mesmos caminhos: salvar a banca e relançar a economia através da aceleração do investimento público. Milhares de milhões de euros afluíram às caixas exangues do Banco Português de Negócios (BPN). Numa aplicação extrema da velha teoria keynesiana, multiplicaram-se os projectos de modernização das redes de transporte: as auto-estradas que rasgam campos desertos; o comboio de alta velocidade (TGV) que urge concretizar; o novo aeroporto cuja construção não pode mais ser adiada.



A euforia não durará, contudo, mais do que dois anos. Dura, apenas, até ao momento em que, nos areópagos europeus, se verifica que a receita não resultara: a dívida externa dos Estados aumentara incessantemente e o endividamento das famílias tinha ultrapassado os limites do aceitável.

E muda-se de rumo: a expansão desenfreada é substituída pela mais impiedosa recessão que atinge, em particular, as economias mais frágeis do sul da Europa.

Em Portugal, surgem os “Programas de Estabilidade e Crescimento”: o PEC 1, o PEC2, o PEC3, o PEC4 que significam sacrifícios e mais sacrifícios; impostos e mais impostos; cortes e mais cortes perante uma opinião pública que assiste ao desbaratar das suas parcas economias e perante uma classe política que, tirando proveito das medidas impopulares, descortina a possibilidade de regressar ao poder.

E regressa, em Junho de 2011, sob a forma de uma coligação de centro-direita PSD/CDS.

Só que, a mudança de governo não implicará mudança de políticas. Contrariamente ao prometido, a austeridade não pára. Até vai aumentar. Porque, declaram os novos responsáveis, o conhecimento dos *dossiers* mostra que o país estava ainda pior do que se pensava. E pior porquê?

Por causa da crise internacional?

Não!

A causa internacional era subtilmente substituída pela causa nacional. A culpa já não residia no estrangeiro mas nos erros do governo anterior e nos próprios portugueses que, durante décadas, teriam vivido acima das suas possibilidades. Nem uma referência às vorazes campanhas publicitárias que ofereciam crédito para o dia seguinte.

Não!

Os portugueses ter-se-iam deixado seduzir pelo consumismo e, agora, o momento era chegado de pagarem a factura.

Factura pesada. Prova-o os anúncios de mais impostos, de mais cortes, de mais desemprego.

Em Abril de 2013, os números relativos à execução orçamental ir-se-iam revelar, contudo, desanimadores para o governo. Apesar do agravamento das medidas de austeridade, falhavam todas as previsões: quanto à dívida pública, quanto ao défice orçamental, quanto à evolução do produto interno bruto (PIB), etc.

Nova pirueta e regresso às razões internacionais da crise: afinal, a economia portuguesa não melhorava, como seria de esperar, porque a crise europeia impedia a absorção das exportações portuguesas...

Alguns meses decorridos e eis que surgem, como por magia, “sinais de melhoria”: ligeira diminuição da taxa de desemprego, aumento das exportações, moderação da descida do PIB. O discurso oficial releva estes “sinais” acrescentando, no entanto, que eles devem ser interpretados com prudência. Prudência que se vai esbatendo à medida que se aproximam as eleições para o Parlamento Europeu. Em Março de 2014, já não há precauções a tomar. Oficialmente, a “crise” passa a ser conjugada no passado. Os portugueses vivem cada vez pior? Que importa? O certo é que, de fonte



governamental, o país “salvou-se da bancarrota”. Os portugueses estão pior mas o país está melhor. E não faltam vozes que, do estrangeiro, saúdam o “tremendo esforço da população portuguesa” e os “resultados assinaláveis” assim obtidos. Com o dealbar da Primavera, soam tambores e trompetas proclamando o fim do regime de “protectorado”. Portugal tornara a ser dono do seu destino, afirma-se nas esferas do poder.

Esta rápida rememoração de alguns factos que marcaram a história política, económica e financeira de Portugal nos últimos anos, permite:

1. Introduzir conceitos fundamentais, como os de problema público e de acontecimento.
2. Avaliar o papel dos *media* na relação entre problema público e acontecimento assim como a responsabilidade que detêm nos processos de massificação, de institucionalização de problemas públicos e de acontecimentos.

## 2. Os media enquanto lugar de produção ideológica

Segundo Gusfield, citado por Louis Quéré numa conferência pronunciada no Porto em Fevereiro de 1999 e publicada num número especial da revista *Discurso – Língua, Cultura e Sociedade*, da Universidade Aberta (Quéré, 2001: 97-113), a verificação de um problema público implica:

1. Que ele seja assumido, enquanto problema, pela sociedade no seu conjunto.
2. Que ele suscite debate contraditório e conflitual.
3. Que ele esteja associado a uma acção pública visando a sua resolução.

Só que, a nossa contribuição para a definição de um problema é bem menor do que seria de supor. Dito de outra forma: a instituição de um problema enquanto problema é, em grande medida, exterior a cada um de nós. Na maioria das vezes, são-nos exteriores, as estratégias conducentes à sua assunção colectiva e à sua colocação no centro de debates, tal como nos são exteriores as acções, ou a simulação das acções, que se propõem resolvê-los.

O quotidiano é feito de um eterno trilhar, em ziguezague, por entre problemas. Desemprego. Insegurança. Falta de habitação. Crise. Problemas que são e não são nossos problemas. São “nossos problemas” na medida em que nos afectam directamente, em que, deles, somos vítimas. Não são “nossos problemas”, na medida em que a sua génese nos é exterior. Trata-se de problemas que conheceram um processo de naturalização. E é, justamente, esse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é, pelo menos, insinuado. Que faz, seguindo Pierre Bourdieu, com que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre dominante e dominado, através da qual o dominado, negligenciando a sua condição de dominado, “se esqueça de si e se ignore, submetendo-se [ao dominante] da mesma maneira que contribui, ao reconhecê-lo, para fundá-lo” (Bourdieu, 1982: 119).



Os grandes meios de comunicação social – jornais, estações de rádio, canais de televisão – constituíram, desde sempre, o núcleo desses processos de naturalização. Fabricando adesões. Forjando consensos. Não os “consensos comuns”, de inspiração kantiana, mas os que ocultam estratégias que António Gramsci designaria por “hegemónicas”. Consensos, ou melhor, pseudo-consensos que, para citar Jacques Rancière, numa conferência que realizou em Março de 2010 na Universidade de Lille com o título *Y a-t-il des crises politiques?*, significam acordos impostos, monopólios de sentido exercidos por oligarquias de especialistas.

Imperceptivelmente, esses grandes meios de comunicação social convertem uma história fragmentada, em função de interesses e de oportunidades, por vezes inconfessáveis, numa continuidade feita de mutações tão dissimuladas quanto incessantes, criando, assim, uma aparente “unidade indivisível”, para recorrer ao conceito de Edmund Husserl, que se manifestaria sem interrupções, sem hiatos. Unidade consentida e com-sentido entre “o que acaba de se passar” e “o que vai passar-se” (Rebelo, 2006: 20).

Ao princípio, a crise era portuguesa. Depois internacional. Mais tarde de novo portuguesa. Tempos volvidos, outra vez internacional. Para, enfim, mergulhar no domínio das coisas passadas, resolvidas.

E quem se aperceberá de tal variação?

É o vaivém das notícias e comentários. Ou das supostas notícias e dos supostos comentários. Hoje, as páginas dos jornais, os tempos das emissões radiofónicas e televisivas abundam em tal versão. Insaciavelmente repetida. Apresentada como incontestável, como indiscutível. Amanhã, essa mesma versão começa a definir até desaparecer e ser substituída por outra. Igualmente incontestável. Igualmente indiscutível. Tudo sem desenlace. Sem que a passagem, o momento da mutação qualitativa, o momento *Kairos* para dizer como Louis Marin no seminário sobre *Sémantique des Systèmes Représentatifs* que dirigiu na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, no ano lectivo 1990/1991, seja captado pelo leitor, pelo ouvinte, pelo telespectador.

Tudo se passa como se a narrativa mediática não tivesse fim. Porque, independentemente da versão em curso, a narrativa mediática investirá sistematicamente, como sublinha Jean-Pierre Esquenazi (2002: 78), num triplo dispositivo:

- Num dispositivo de institucionalização que se consubstancia nas operações de classificação, de ordenação e de tipificação das experiências que perdem, assim, a sua originalidade para se diluírem no interior de paradigmas exteriores aos sujeitos.
- Num dispositivo de explicação racionalizante, ligada a uma visão normativa, a uma tentativa de imposição da ordem social específica, à reprodução das hierarquias vigentes.
- Num dispositivo de repetição. “Pela repetição”, observa Pierre Moscovici, “a ideia dissocia-se do seu autor; transforma-se numa evidência independentemente do tempo, do lugar e da pessoa; deixa de ser a expressão de quem fala e passa a ser a expressão da coisa de que se fala” (1981: 198-199).



Cada meio de comunicação social, através do espaço cénico que monta (Goffman, 1991: 134), constrói, pois, uma identidade discursiva, geradora, por sua vez, de um imaginário social que ele espera transmitir à massa dos seus destinatários.

Numa dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, apresentada na Universidade Aberta, em 2013, com o título “Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias sobre a crise financeira”, Irina Fresco Veríssimo procede a uma análise da forma pela qual alguns jornais europeus se ocuparam de Portugal. O *corpus* foi constituído por 25 artigos, publicados no *El País*, no *Le Figaro*, no *The Times*, no *Irish Independent* e na *Gazeta Wyborcza*, da Polónia, de 23 de Março a 10 de Julho de 2011, isto é, entre a demissão do 1º ministro José Sócrates e a apresentação das medidas de “ajustamento orçamental” pelo então ministro das Finanças, Vítor Gaspar.

Das categorias temáticas atribuídas ou associadas a Portugal destacam-se, por ordem de importância: «Desespero/Desalento», «Despesismo/Endividamento», «Instabilidade política», «Teimosia», «Falta de Rigor/Desorganização/Desonestidade», «Justiça ineficaz/Corrupção», «Preguiça», «Mercado laboral pouco competitivo», «Má gestão dos organismos públicos», «Mercado imobiliário inadequado».

Note-se que, raramente, o enunciar de qualquer destas categorias se apoia no relato de um caso concreto. Apoia-se, antes, em considerações gerais, em assertividades que dispensam fundamentação. É dito. E, por ser dito, é verdade. Como salienta a autora, “partindo do pressuposto de que os portugueses são um povo triste, os jornalistas não pouparam em expressões como «drama», «infeliz sina», «agonia» ou «sem esperança»”. No entanto, em apenas dois dos artigos analisados é dada a oportunidade aos portugueses para exprimirem os seus sentimentos relativamente à situação. “As restantes descrições do ânimo da população portuguesa” prossegue Irina Veríssimo, “são feitas a partir da própria percepção dos jornalistas”. Garante-se em *Le Figaro* de 25 de Março:

*“Todos os olhos estão agora voltando-se para Lisboa, onde se desenrola a continuação do drama.”*

O mesmo se pode dizer quanto à «Preguiça», característica que, referida em quatro dos artigos analisados, nunca é acompanhada de um indicador socioeconómico susceptível de a sustentar. Veja-se, a propósito, o fragmento seguinte do jornal polaco *Gazeta Wyborcza*, de 16 de Abril:

*“Os gregos que se manifestam nas ruas ou os membros da oposição no parlamento português estão plenamente conscientes do facto de que sem a pertença à UE as suas vidas serão ainda piores. A raiva por detrás destes protestos foi causada por uma deterioração da situação devido ao facto do financiamento europeu não estar mais a fluir livremente, num momento em que os jovens estão sendo chamados a trabalhar mais e pagar a preguiça da*



*geração de seus pais, que ignorou a necessidade de poupar para um futuro melhor".*

Povo triste e preguiçoso que, o que não deixa de ser contraditório, se deixou enredar nas teias do consumismo. Eis a principal razão da crise como se escreve na edição de 24 de Abril de 2011 do *El País*:

*"Endividamento é a palavra que melhor se adapta ao enigma socioeconómico do país. Mais de 2,4 milhões de portugueses devem cerca de 120 mil milhões de euros em empréstimos hipotecários, como resultado do modelo social promovido nos últimos anos e a que todos aspiravam: casa nova, carro novo, crédito barato, modernização tardia. A crise terminou abruptamente com a miragem (...)"*.

Aspecto, este, difícil, aliás, de debelar. Espanta-se o *The Times* de 5 de Junho que, apesar da crise e das medidas de austeridade, ainda se vejam pessoas "que vão ao cinema, tomam o pequeno-almoço fora, vão ao teatro".

Saída para a crise? Só há uma, o resgate internacional. Mas o 1º ministro português hesita. Peremptoriamente, o *Le Figaro* afirma a 25 de Março.

*"Dois dias de reunião da cúpula da UE em Bruxelas, sob a pressão constante dos mercados, não foram suficientes para convencer o primeiro-ministro José Sócrates a procurar ajuda oficial da UE e do FMI. (...) O dinheiro está lá para ajudar Portugal, a vontade política também, mas, por agora, a Europa só pode assistir, de braços cruzados, à descida ao inferno de Portugal, ameaçado de falência, se não apelar para o resgate internacional."*

De pouco valem, contudo, as hesitações perante a inexorabilidade do resgate. De facto, e como sublinha a *Gazeta Wyborcza* de 11 de Abril:

*"(...) os credores tiveram que lutar durante muito tempo com o Governo Português de José Sócrates para que este aceitasse a sua mão estendida".*

Curiosa imagem: os credores de mão estendida para ajudar, e o responsável político do país endividado hesitante em aceitar a ajuda. Não admira, por conseguinte, o epíteto com que é qualificado: "teimoso".

A conclusão do processo vem no *The Times* de 7 de Abril:



*“Portugal, terra das canções melancólicas de fado, aceitou a sua infeliz sina na noite passada: Vai ter que engolir seu orgulho e aceitar um pacote de ajuda. Não havia alternativa”.*

Os organismos públicos estão mal geridos? A Justiça é ineficaz? É ainda o *The Times* que, em 5 de Junho, antecipa a solução: “Um governo de centro-direita será bem recebido pelos investidores, que perderam a fé em Portugal”. E assim se resolverá a falta de competitividade do mercado laboral tal como a inadequação do mercado imobiliário.

Note-se que, na maioria esmagadora das vezes, e sobretudo quando se trata de jornais publicados em regiões menos atingidas pela crise, como a Inglaterra e a França, a situação portuguesa, irlandesa, grega e espanhola é vista indiscriminadamente. Apresentada como um todo. Não faltarão, até, expressões pejorativas – os “PIGS” - para classificar esses países, esses povos do sul europeu que, no entender de Ângela Merkel, como lembra a *Gazeta Wyborcza* de 2 de Junho, não merecem ajuda enquanto tiverem “um monte de feriados” ou não pararem de “andar à toa”<sup>1</sup>.

Naturalmente, cada um dos países incluídos na amálgama assim construída, procura demarcar-se dos restantes. Mostrar que as origens da crise que atravessa são de natureza diferente e que a crise, não se revestindo da mesma gravidade, é de resolução mais simples. Assiste-se, então, a uma estratégia quase fratricida que consiste em denunciar aqueles que se encontram, ainda, em pior estado. É o que faz o jornal de maior circulação na Irlanda, o *Irish Independent* que, a 25 de Março, considera:

*“Portugal tem problemas significativos - altos níveis de endividamento, crescimento anémico e um desafio de liquidez imediata”.*

Três semanas depois, o mesmo jornal volta à carga, agora de forma mais explícita e associando Portugal e a Grécia:

*“(...) que desperdiçaram milhões de dólares em projectos de comparsas e promessas eleitorais locais.”*

Mas o quadro explicativo que perpassa da cobertura internacional aqui evocada conjuga-se, em grande medida, com o discurso que, na mesma época e sobre o

<sup>1</sup> Num artigo publicado no *Le Monde*, em 12 de Novembro de 2012, Ulrich Beck refere-se assim a Ângela Merkel: “São numerosos os que vêem na Chanceler alemã a rainha sem coroa da Europa. Quando se coloca a questão de saber de onde lhe vem o poder, é-se remetido para uma das características que melhor definem o seu modo de fazer: uma habilidade maquiavélica”. E o sociólogo e filósofo alemão continua: “Merkel prefere – e aqui reside toda a ironia maquiavélica da sua postura – fazer depender a disposição da Alemanha em conceder créditos, da aceitação, pelos países endividados, das condições impostas pela política alemã de estabilidade. É o primeiro princípio de Maquiavel: tratando-se de ajudar os países endividados com o dinheiro alemão, a posição de Ângela Merkel não é nem um sim franco nem um não categórico, mas um nim, entre os dois”.





mesmo tema, dominou a própria imprensa portuguesa de maior expressão. Muitos dos estereótipos usados na imprensa internacional beneficiaram, nos meios de comunicação social portugueses, de idêntico acolhimento. Em particular no que toca às causas profundas da crise, também elas frequentemente relegadas para um sujeito colectivo – um “nós” – afinal responsável pela dívida. Também nos meios de comunicação social portugueses se desencadearam tentativas de demarcação, sobretudo relativamente aos gregos. E não faltaram as notícias sobre novos e mais penalizadores programas de austeridade que abalariam a sociedade grega. E não faltaram imagens sobre violência nas ruas das principais cidades gregas, assaltos a Bancos e a supermercados. Enfim, o contrário da atitude, mediaticamente apresentada como sendo calma e compreensiva da população portuguesa, apostada em ultrapassar um período visto como provisório.

O discurso oficial, ampliado pelos media, não economiza esforços para fazer passar esta ideia de provisoriedade, de vontade generalizada em corrigir erros do passado. Daí, o investimento na criação de eufemismos que escondem medidas drásticas dirigidas contra sectores alargados e mais pobres da população. Com efeito, termos e expressões, no entanto carregados de ideologia, são insistentemente repetidos nos *media* portugueses, numa espécie de litania mediática ou de refrão retórico (Derrida, 2004: 134). Objecto de um processo de naturalização, insinuaram-se progressivamente, esses termos e expressões, na linguagem do quotidiano, reeditando a novilíngua orwelliana. Exemplos:

- Chumbo do Tribunal Constitucional (que, na prática, corresponde a fazer recair sobre o Tribunal Constitucional as consequências da decisão por este tomada relativamente a diplomas do governo manifestamente inconstitucionais);
- Regresso aos mercados (dado como exemplo de sucesso da política do governo no domínio financeiro);
- Ajustamentos (que significam cortes de salários de funcionários públicos e, em geral, cortes nas despesas de educação, de saúde e de assistência social);
- Medidas de convergência (que se traduzem pelo alinhamento dos estatutos profissionais no sector público e no sector privado, sempre no sentido do estatuto menor);
- Gorduras do Estado (para designar os supostos gastos excessivos ou injustificados no funcionamento do próprio aparelho de Estado, oficialmente atribuídos ao governo anterior, obviamente de outra cor política);
- Contribuição Extraordinária de Solidariedade e taxa de sustentabilidade (para nomear as reduções das pensões de reforma);
- Taxas moderadoras (que oneram o acesso aos serviços de urgência dos hospitais públicos);
- Requalificação profissional (extinção de um posto de trabalho e despedimento do respectivo trabalhador);
- Imparidades (para referir fraudes cometidas por grupos financeiros particularmente importantes);
- Flexibilidade (alterações às leis do trabalho facilitando despedimentos e celebração de contratos a prazo);



- Inverdades (declarações falsas);
- Consolidação orçamental (aumento de impostos).

De Novembro de 2007 a Setembro de 2009, a palavra “crise” surgiu em 1252 notícias inseridas no *site* do canal público da televisão portuguesa (Andringa, 2009: 81-88). A “CRISE”, sempre a “CRISE” que, em toda a sua dimensão anaforizante, escapa a qualquer questionamento sobre génese e consequências. A “CRISE” que incorporamos e à qual nos referimos como factor explicativo de tudo quanto nos rodeia. A “CRISE” que, retomando Jacques Rancière, “funciona, no espaço mediático, como uma máquina interpretativa que faz parte do discurso dominante”.

Compete, a uma sociologia crítica, no sentido habermasiano da expressão, desconstruir essa amálgama de versões mediáticas que se sucedem imperceptivelmente. Que, em cada momento nos impõem uma “verdade”. A “verdade”. Compete-lhe desmontar esse palimpsesto. Denunciar supostas evidências. Combater lógicas aparentemente neutras, segundo as quais o acontecimento actualiza o problema público (o encerramento de uma fábrica, por exemplo, reforça, em nós, a ideia da crise) e, inversamente, o problema público constitui o quadro explicativo do acontecimento (é por causa da crise que a fábrica encerra).

### 3. Os media enquanto lugar de confrontação

Desconstruir, desmontar, denunciar, combater: tudo objectivos do modelo de sociologia crítica que se propõe. Modelo de sociologia crítica que, aplicado aos media, pode ir mais longe, no aprofundamento da reflexão sobre o papel que estes desempenham na estruturação da opinião pública

É que, se os media constituem um dispositivo central para a naturalização/socialização das ideias e projectos de vocação hegemónica, como se tem vindo a defender, eles constituem, igualmente, um factor decisivo para a propagação de ideias e de projectos contra hegemónicos.

Na esteira dos Estudos Culturais iniciados em Birmingham nos anos oitenta do século passado, por cientistas sociais como Hoggart e Stuart Hall, diríamos que o campo dos *media* não é um todo coerente, harmonioso, perfeitamente articulado. Mais do que a expressão de uma classe dominante, o campo dos *media* reflecte alianças conjunturais entre fracções de classe que se podem neutralizar ou entre as quais se podem abrir falhas, clivagens.

Por outro lado, os *media* não constituem meros dispositivos tecnológicos de transmissão de acontecimentos. Em primeiro lugar porque o acontecimento não existe *de per si*. Em segundo lugar porque os *media* são, simultaneamente, sujeito e objecto do ambiente que os rodeia.

Vejamos mais em pormenor cada um destes aspectos de importância fundamental para uma sociologia dos media.

1. O acontecimento situa-se no ponto de convergência da ocorrência com a respectiva percepção. E esta depende do olhar do jornalista, do seu *Lebenswelt*, para citar



Habermas<sup>2</sup>, assim como das estratégias editoriais do próprio órgão de comunicação social, com o qual o jornalista tende a desenvolver mecanismos miméticos. Protagonista de uma dupla relação – com a cultura em que se inscreve e com o colectivo de trabalho de que é parte – o jornalista exerce, assim, uma função de *Gatekeeping*, como lhe chamou David White numa obra célebre que publicou em 1950, filtrando os acontecimentos a mediatizar e definindo critérios que os destacam ou os minimizam através da respectiva paginação/alinhamento.

2. Se é certo que os *media* contribuem para a hierarquização dos temas de debate no espaço público<sup>3</sup>, não é menos certo que os mesmos *media* são, em contrapartida, penetrados por esse espaço público que influenciam. Isto é, entre a agenda mediática e a agenda pública estabelece-se uma espécie de relação de simbiose em que cada uma contamina e é contaminada pela outra sem que se possa determinar com precisão qual a contaminação primeira<sup>4</sup>.

Daí que, no campo dos *media*, irrompam estratégias por vezes contraditórias. Se afirmem autonomias de decisão. Se infiltrem subculturas. Ecoe a voz de minorias. Se faça ouvir o clamor do dissenso.

Organizações como “Anonymous”, “Hacktivismo”, “Indignados” ou “Occupy Wall Street” souberam captar a atenção dos grandes meios de comunicação social, à escala nacional e transnacional. E as suas iniciativas tornaram-se conhecidas no mundo inteiro.

Tais movimentos, privilegiam estratégias discursivas e acções demonstrativas que transgridem a norma e provocam, deliberadamente, aquele indivíduo ou grupo social ou político que é objecto da sua contestação.

Recusam a polémica mas apostam na sátira.

Recusam a polémica na medida em que ela implicaria o reconhecimento da legitimidade do opositor, logo convidado a contra-argumentar. Apostam na sátira porque ela, pelo contrário, supõe a desvalorização do adversário logo relegado para um plano inferior e, portanto, impedido de replicar. Não importa (con)vencer o adversário pela argumentação. Importa, antes, vencê-lo pelo ridículo.

E lá estão os grandes meios de comunicação social, os jornais, as estações de rádio, os canais de televisão, para cederem espaços e/ou tempos de emissão à descrição do insólito. Do imprevisto. À publicização da caricatura. Do disforme. Do grotesco.

Portugal tem sido palco de situações deste género. Na sequência do draconiano Programa de Assistência Económica, celebrado entre Portugal a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional desencadearam-se manifestações de protesto, do tipo *flash mob*, contra a chamada “troika”

<sup>2</sup> Traduzível por “mundo vivido” ou “vivência do mundo”, este conceito, associado aquele nível profundo de uma colectividade onde se enraízam linguagens, normas e comportamentos comuns, é largamente abordado pelo filósofo alemão em *Théorie de l’agir communicationnel*.

<sup>3</sup> Se não nos dizem como pensar indicam-nos sobre o que pensar, como sublinha Bernard Cohen em *The Press and Foreign Policy*, pp. 120/121.

<sup>4</sup> Neste ponto, afastamo-nos de autores como Becker, McCombs e McLeod que atribuem a prevalência à agenda mediática: “Existe uma relação entre a agenda dos *media* e a agenda pública, sendo a primeira aquela que inicia o processo” (Becker, McCombs e McLeod, “The Development of Political Cognitions”, in *Political Communication. Issues and Strategies for Research*, Sage Annual Reviews of Communication Research, Vol. 4, p. 38; *apud* Enric Saperas, Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas, p. 56).



A contestação deveu-se a pequenos grupos associados numa plataforma auto-designada *Que Se Lixe A Troika*. De contornos difusos, politicamente situada numa esquerda de difícil catalogação, tal plataforma deu o primeiro e grande sinal de si em 15 de Setembro de 2012. Através das redes sociais, começaram a circular petições apelando a concentrações populares em Lisboa e noutras cidades do país. O apelo espalhou-se como uma mancha de óleo e, no dia e na hora prevista, largas centenas de milhar de pessoas aí estavam para afirmar a sua indignação. Para espanto de toda a gente, em particular dos próprios promotores, mais de meio milhão de manifestantes concentraram-se na capital portuguesa. Novos e velhos. De direita e de esquerda. Ou despidos de qualquer etiqueta política. Muitos, saíam à rua pela primeira vez. Único traço comum: gritar contra as decisões do governo, acusado de lhes retirar fatias dos ordenados, das pensões ou das reformas, e de lançar no desemprego gente e mais gente. Nunca visto. Espontaneamente, surgiram cartazes e soltaram-se slogans. Cartazes improvisados, artesanais porque cada manifestante fazia o seu. Slogans bem dispostos. Glosando a situação do país e gozando com os responsáveis desta.

É certo que o processo de mobilização se iniciara na Internet. Mas nunca atingiria tamanha dimensão se os grandes meios de comunicação social não tivessem, também eles, emprestado a sua ajuda. Durante dias a fio foram anunciando o evento. Dando pormenores da organização. Fazendo previsões sobre o eventual sucesso da iniciativa. Acabaram, finalmente, por naturalizar a contestação. E, ao naturalizá-la, acabaram por institucionalizá-la, por lhe retirar aquela carga de risco susceptível de afastar os não habituados.

Depois foi uma série ininterrupta de mini confrontações.

Muitos foram os membros do governo que, em cerimónias oficiais, se viram hostilizados por grupos de jovens cantando “Grândola Vila Morena”. O objectivo não poderia ser mais claro: confrontar esses membros do governo com a música de José Afonso que simboliza a revolução de Abril. Tal prática ganhou até uma designação: “grandolar”. Mas o sucesso da iniciativa ficou a dever-se aos jornais, aos canais de televisão e às estações de rádio que reproduziram, em inúmeros textos e imagens, esse “grandolar” constante e perturbador.

E a chacota de que foi alvo o ministro das finanças, Vítor Gaspar... Sonoras gargalhadas de meia dúzia de elementos da assistência sublinharam cada pausa do discurso que ele proferia na apresentação de um livro. Nos ecrãs dos diferentes canais de televisão que, de imediato, captaram o acontecimento, surgiu a cara de um ministro atónito, perdido. Sem saber que dizer. Nem para onde olhar.

Os exemplos de ocorrências deste tipo que, desencadeadas de forma mais ou menos espontânea via net, conquistam, depois, vastos espaços e tempos nos grandes meios de comunicação social tradicionais, não faltam, por esse mundo fora.

A afirmação das redes sociais como alavanca mobilizadora verificara-se, já, em Fevereiro de 2003, quando milhões de pessoas em todo o mundo invadiram as ruas. Assim, de repente. Sem que tal acto se devesse a convocações partidárias tradicionais mas a mensagens, apelos e petições contra a intervenção americana no Iraque que fervilharam em rede, essa marca distintiva e estruturante dos novos movimentos sociais.



Os telemóveis de 3ª geração, que apareceram no mercado em finais da década de noventa, acentuaram a tendência. Constituíram, sem dúvida, o dispositivo catalizador da Primavera Árabe, campo de tantas reportagens jornalísticas. Seguiram-se o movimento das “Indignadas”, em Madrid; o movimento “Occupy Wall Street”, em Nova Iorque; o movimento “Junho Furioso”, no Brasil.

Vejamos com algum detalhe este último caso cuja dimensão, tão extraordinária quanto surpreendente não é alheia à importância que os grandes órgãos de comunicação social brasileiros lhe conferiram.

Tudo começou a 3 de Junho de 2013 quando, respondendo a um apelo lançado através das redes sociais, escassas centenas de pessoas se reuniram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Razão imediata do protesto: o previsto aumento do preço dos transportes públicos. Razão profunda: o mal estar provocado pela somas gigantescas dispendidas com a organização, no Brasil, do Campeonato do Mundo de Futebol. Duas semanas mais tarde, precisamente a 20 de Junho, elevava-se a 100.000 o número de manifestantes concentrados na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e outros tantos na Avenida Paulista.

Entretanto, 24 jornalistas eram feridos ou detidos pelas forças policiais de São Paulo. Um dos feridos é uma repórter do influente jornal *Folha de São Paulo*. A imagem do rosto ensanguentado da repórter passa nos principais blocos informativos das televisões brasileiras e leva a que o seu jornal opere uma singular inversão de discurso. Com efeito, o mesmo órgão de comunicação social que, dias antes, exortara a polícia a pôr fim à violência nas ruas acusava, agora, essa mesma polícia, de ser fatora de violência gratuita. E, para cúmulo, outra imagem, não menos impressiva, de uma jovem manifestante atingida com gás pimenta, é estampada na primeira página do *New York Times*.

Como salienta Eduardo Santos, professor de Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense, num artigo publicado na Revista *Liinc* sobre “Crise de representação política no Brasil e os protestos de Junho de 2013”, paralelamente à informação dos jornais, rádio e televisão “(...) vários grupos, de maneira difusa, já estavam, desde as primeiras manifestações, difundindo informações, algumas em tempo real e sem qualquer apuração, sobre o que ocorria nas ruas em ferramentas como o serviço de vídeo *youtube*, ou de mensagens como o *twitter* e o *facebook*. O público interessado noticiado e noticiava, com um surpreendente acervo coletivo de fotos, textos e imagens atualizado e disponível no celular” (2014: pp. 86-95).

A emoção, provocada pela mediatização da intervenção policial, fez o resto. Como reconhece Eduardo Santos, em menos de um mês “houve manifestações em 438 cidades do país, com uma participação estimada de dois milhões de pessoas e ampla cobertura jornalística”

Último exemplo desta dupla e paradoxal função dos meios de comunicação social – como voz do poder e do contra poder – acentuada, ainda, pela actual competição entre *media* tradicionais e novos *media*: a cerimónia de execução de Saddam Hussein. A 31 de Dezembro de 2006, os canais de televisão generalista transmitem as imagens oficiais: tudo se teria passado, a crer nessas transmissões televisivas, com a maior das dignidades. Em silêncio absoluto. Alguém, fazendo uso de um pudor levado ao extremo, colocaria, mesmo, um lenço em redor do pescoço do condenado. Não fosse a corda, enlaçada, feri-lo.



Só que, no grupo de algozes, houve quem registasse tudo, servindo-se de um discreto telemóvel. Horas depois a versão clandestina circulava no *youtube*. Afinal nada se passara como as televisões haviam mostrado. Tinham-se trocado insultos. Entoados cânticos de vingança. E as mesmas televisões que, num dia, difundiram a versão oficial não hesitaram em difundir, no dia seguinte, a contra versão, a versão clandestina.

Decididamente, tal como a sociedade, os *media* são terreno de luta. São lugar de confrontação de forças com diferentes projectos e diferentes estratégias. Veiculam a norma dominante. Mas acabam, também, por assinalar o seu desvio contribuindo assim, mesmo se indirectamente, para uma re-significação de gentes e de modos de vida que, da periferia, invadem o centro de produção simbólica.

### Referências bibliográficas

- Andringa, Diana (2009). "Essa palavra 'crise'", in *Trajectos*, Nº15, pp. 81-88, Lisboa: ISCTE / Fim de Século
- Badiou, Alain (2008). "De quel réel cette crise est-elle le spectacle?", in *Le Monde*, 17 de Outubro
- Bourdieu, Pierre (1982). *Ce que parler veut dire, l'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard
- Bourdieu, Pierre (1996). *Sur la télévision*, Paris: Liber – Raisons d'Agir
- Castells, Manuel (2013). *Redes de Indignação e Esperança*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Cohen, Bernard C. (1963). *The Press and Foreign Policy*, Nova Iorque: Princeton University Press
- Chomsky, Noam (2013). *Occupy*, Lisboa: Antígona
- Derrida, Jacques e Habermas, Jürgen (2004). *Le Concept du 11 septembre, Dialogues à New York (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori*, Paris: Galilée
- Esquenazi, Jean-Pierre (2002). *L'Écriture de l'Actualité. Pour une sociologie du discours médiatique*, Grenoble: PUG
- Goffman, Erving (1991; 1ª ed. 1974). *Les Cadres de l'Expérience*, Paris: Éditions de Minuit
- Habermas, Jürgen (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*, Paris: Fayard
- Maigret, Éric (2003). *Sociologie de la Communication et des Médias*, Paris: Armand Colin
- Moscovici, Serge (1981). *L'Âge des Foules*, Paris: Fayard
- Quéré, Louis (2001). "La construction des problèmes publics et l'action collective", in *Discursos – Língua, Cultura e Sociedade*, nº especial – *Uma Tensão entre o Global e o Local*, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 97-113
- Rancière, Jacques (2010). "Y a-t-il des crises politiques? " [consultado online] [aevigiran.over-blog.com/article-ranciere-jacques-y-a-t-il-des-crises-politiques-48076162.html](http://aevigiran.over-blog.com/article-ranciere-jacques-y-a-t-il-des-crises-politiques-48076162.html)



Rebelo, José (2006), "Le temps et le mode de l'événement circulant", in *Hermès*, n° 46, Paris: CNRS Éditions

Rebelo, José (2006). "Prolegómenos à Narrativa Mediática do Acontecimento", in *Trajectos*, N°s 8/9, pp. 17-27, Lisboa: ISCTE/Fim de Século

Santos, Eduardo Heleno de Jesus (2014). "Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013", in Revista *Liinc*, Vol. 10, n° 1, pp. 86-95, [consultado online] <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/issue/current>

Saperas, Enric (1993). *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto: Edições Asa

Verissimo, Irina Fresco (2013). *Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias sobre a crise financeira*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta, [consultado online] [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3008/1/Disserta%C3%A7ao\\_IrinaVerissimo\\_RI.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3008/1/Disserta%C3%A7ao_IrinaVerissimo_RI.pdf)

White, David Manning (1950), "The «Gatekeeper»: A Case Study in the Selection of News", in *Journalism Quarterly*, n° 27